



Em assembleia realizada em 28 de fevereiro, os funcionários do município de São Paulo decidiram seguir com a greve que teve início no dia 4. O movimento, que conta com a adesão dos engenheiros, reivindica revogação da Lei 17.020/2018, que alterou as regras para aposentadoria, elevando a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Os trabalhadores também pleiteiam reposição de perdas e condições adequadas de trabalho.

Página 5

Servidores *mantêm luta* *contra* reforma da Previdência paulistana



REFORMA PODE SER DESASTRE SOCIAL

A PROPOSTA DE EMENDA à Constituição (PEC) 6/2019, que chegou à Câmara dos Deputados em 20 de fevereiro e pretende reformar a Previdência, pode ser descrita numa única palavra: inaceitável. Como já era previsto, a lógica das mudanças pretendidas é dificultar o acesso ao benefício e reduzir o valor a ser recebido. Para os trabalhadores da iniciativa privada, isso se dará com a elevação da idade mínima a 62 anos para mulheres e 65 para homens; aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos e exigência de ao menos 40 anos de contribuição para fazer jus ao valor integral, hoje em R\$ 5.839,45.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Além disso, o cálculo do benefício não mais desprezará as menores contribuições e será feito pela média de 100% delas, o que tende a reduzir ganho do aposentado. No entanto, para além dessa visão perversa de fazer com que o trabalhador pague a conta do ajuste fiscal do governo, a proposição traz inúmeros outros graves problemas. O primeiro ponto estarrecedor é o fato de a PEC, aparentemente, ter como principal objetivo “desconstitucionalizar” as regras relativas à Previdência. Isso se dá porque questões como idade mínima, tempo de contribuição, reajuste, duração e acumulação de benefícios, segundo a proposta, serão definidos por leis complementares.

Assim, se aprovada essa mudança, no futuro, será possível impor muitas outras sem o debate necessário e as dificuldades

inerentes a uma alteração na Carta Magna, o que exige a aprovação de 3/5 dos parlamentares em duas votações na Câmara e no Senado. Ou seja, o trabalhador jamais terá segurança quanto à sua aposentadoria, que poderá ser piorada a qualquer momento por simples projeto de lei. Se a sociedade admitir e o Congresso aprovar tal PEC, será dada carta branca para que este e futuros governos sigam reformando indefinidamente a Previdência no Brasil. Outra questão geral preocupante é a introdução em caráter obrigatório da capitalização financeira, tanto para os trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores públicos. Conforme aponta estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (<https://goo.gl/Dhndvh>), a adoção desse sistema, que transfere do Estado para o setor financeiro privado a gestão das contribuições dos trabalhadores, “suprime características básicas e bem-sucedidas da política de proteção hoje existente no País, de cunho solidário”. A análise da PEC ressalta ainda que onde tal medida foi levada a cabo, notadamente nações da América Latina e do leste europeu, houve lamentável aumento da pobreza entre a população idosa. Completando o equívoco, a PEC inclui algumas crueldades, como a elevação da

idade mínima para aposentadoria do trabalhador rural para 60 anos. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado àqueles em situação de pobreza só será pago no valor de um salário mínimo a partir dos 70 anos; dos 60 até essa idade, será reduzido a R\$ 400,00.

Em linhas gerais, proposta de mudança na aposentadoria dificulta o acesso ao benefício e reduz seu valor, desconstitucionaliza inúmeras regras do sistema, torna capitalização obrigatória e pune idoso em situação de pobreza.

Além de abrir com total transparência as contas da Previdência para que a sociedade possa debater esse tema de forma bem informada e não apenas pelo viés dos interesses do rentismo, é preciso considerar fortalecer o sistema com crescimento econômico e geração de empregos formais e decentes. Vamos resistir à aprovação da reforma e lutar para que haja desenvolvimento no País.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Março de 2019. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

Celebrar o 8 de março e mudar a realidade perversa

Maria Célia Ribeiro Sapucahy

A COMEMORAÇÃO do Dia Internacional da Mulher – 8 de março – é essencial para se festejar o inegável avanço conquistado através dos séculos em relação à condição feminina, mas principalmente para reforçar a luta pelo tanto que ainda se precisa buscar. Alcançar o fim de qualquer tipo de discriminação contra a mulher e sua plena emancipação é meta lamentavelmente ainda distante em diversas partes do mundo e, em particular, no Brasil.

Aqui, ainda em sua grande maioria submetidas à dupla jornada, as mulheres penam também com desvantagens no mercado de trabalho: ganham em média 70% do que recebem seus colegas homens; a taxa de desemprego é maior entre elas, assim como os contratos precários. Por essas questões, a reforma trabalhista implementada pela Lei 13.467, em vigor desde novembro de 2017, e as mudanças nas regras da Previdência que o governo pretende impor por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 afetam as trabalhadoras de maneira mais selvagem.

Questão grave é ainda a minoritária presença de mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas, a exemplo da engenharia. Elas são uma minoria de cerca de 20% na profissão. A estatística é um salto e tanto se comparado aos tempos de Edwige Maria Becker Hom'meil, a primeira engenheira a se formar no Brasil, em 1917, mas ainda muito distante do ideal.



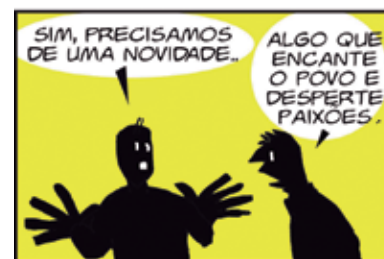
Na política, o gênero é também gravemente sub-representado: embora seja a maioria do eleitorado, detém apenas 15% das vagas no Congresso; na Assembleia Legislativa de São Paulo, essa presença chega a 19% (leia matéria na página 6).

O mais assustador dado sobre a situação da mulher no Brasil é a violência. O País ocupa o quinto lugar em número de feminicídios, ou seja, o assassinato motivado pelo simples fato de a vítima ser do sexo feminino, um crime de ódio. Segundo o Mapa da Violência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número desses casos em 2013 foi de 4.762. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas. O início deste 2019 demonstrou que a tendência segue: apenas na primeira semana do ano, foram dez mortes. Ainda, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, 4,7 milhões relataram ter sofrido empurrão, chute ou batida. Ou seja, 536 agressões a cada hora. A mesma pesquisa aponta que 22 milhões relataram ter sido alvo de algum tipo de assédio.

Por isso tudo e ainda mais, a luta pela igualdade de gênero deve ser considerada central na busca de uma sociedade justa e até civilizada. Deve ser objetivo de todos a construção de um mundo em que meninas e mulheres tenham assegurados sua cidadania e seus direitos como seres humanos. Possam ter total poder para decidir sobre suas vidas, seus corpos e suas carreiras, sem que preconceitos obscurantistas e obstáculos machões atrapalhem seu caminho.

Maria Célia Ribeiro Sapucahy é diretora do SEESP e coordenadora do Conselho Editorial da entidade

PAZ É PARA OS FRACOS





O que muda com a licitação de ônibus na Capital

Deborah Moreira

APÓS SEIS ANOS, a Prefeitura de São Paulo relançou os editais de licitação do serviço de ônibus da Capital, no valor de R\$ 71,14 bilhões. O atraso tecnológico no sistema de transporte de uma das maiores capitais mundiais é sentido diariamente pelos usuários. Especialistas ouvidos pelo **Jornal do Engenheiro** analisaram as exigências nos novos contratos, sob esse aspecto, e avaliam que eles trarão modernização aos equipamentos, mas não inovam no modelo de negócio.

“Faltou modernizar as relações do usuário com as empresas e dar maior flexibilidade para a introdução de tecnologias na busca de maior competitividade, como aplicativos a exemplo do Uber. O que temos hoje são linhas, horários, itinerários, preço e parada de ônibus fixos. A população está buscando justamente o contrário. O transporte sob demanda, inclusive o coletivo, é tendência mundial”, explica Jurandir Fernandes, presidente da União Internacional de Transporte Público na América Latina (UITP) e coordenador do Conselho Assessor de Transporte e Mobilidade do Conselho Tecnológico do SEESP.

Um serviço que começou há cerca de três semanas em Goiânia exemplifica o que ele diz. O City Bus 2.0, da concessionária HP Transportes, é o primeiro transporte público coletivo por aplicativo da América do Sul. São 14 miniônibus que circulam em fase de teste no centro expandido da capital de Goiás, de segunda a sábado, das 10h às 23h, com tarifas a partir de R\$ 2,50. “Na segun-

da semana de operação, somamos 15 mil *downloads* do aplicativo e 98% de aprovação do serviço”, conta Indiara Ferreira, diretora da HP, que, atendendo pedidos dos usuários, introduziu tarifa mais baixa para deslocamentos em grupo, reduzindo o preço em até 60% que outros aplicativos.

As novas tecnologias

Na cidade de São Paulo, a partir da assinatura dos contratos, todos os 13.591 novos ônibus terão ar-condicionado, USB e AVL (*Automatic Vehicle Location*), equipamento com GPS e *chip* de comunicação de dados de uma operadora de telefonia celular. A finalidade é transmitir, a cada 30 segundos, o geoposicionamento de cada veículo da frota para uma central de gestão e monitoramento a ser criada, em tempo real. A taxa de renovação dos veículos será de 10% ao ano. Os novos contratos terão 20 anos de duração.

O edital prevê, ainda, a instalação de *wi-fi* em todos os ônibus no prazo máximo de 18 meses, contados a partir da assinatura dos contratos de concessão. E ainda a instalação gradual, em até 24 meses, de um sistema de câmeras nos veículos para mensurar o número de passageiros embarcados, a partir de *softwares* específicos de reconhecimento de imagens.

Outra novidade são os avisos sonoros internos, algo similar ao que existe hoje no metrô, e externos, que indicarão qual é a linha do ônibus ao chegar na parada.

Um dos avanços comemorados por organizações da sociedade civil foi o cronograma de redução de emissões de poluentes, com metas anuais, estabelecido na licitação a partir da Lei 16.802/2018. Por exemplo, no caso do CO₂ (gás carbônico), deve ser de 50% em uma década e de 100% em 20 anos. Davi Martins, líder de projeto internacional do Greenpeace, explica que a medida é para garantir que as empresas possam ser auditadas anualmente. Contudo, para o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss), engenheiro civil Francisco Cristovam, “com as tecno-

logias disponíveis hoje, não é possível cumprir o cronograma”. Segundo ele, o único equipamento que poderia garantir a mudança pretendida seria o ônibus elétrico, cujo valor ainda é muito alto.

No entanto, o Greenpeace fez um estudo em 2016 sobre a transição do diesel para veículos elétricos e concluiu que, levando-se em conta todos os custos, a mudança seria 6% mais vantajosa, economicamente, em um espectro de dez anos. “A operação de um veículo elétrico é mais barata e demanda menos peças de reposição”, explica Martins, que é engenheiro mecânico. Ele lembra que existem outras tecnologias disponíveis que podem ser adotadas nos primeiros anos,

Para especialistas, novos contratos trarão modernização, mas não inovam no modelo de negócio.

como os ônibus híbridos e combustíveis alternativos. Já a São Paulo Transporte (SPTrans) realizou estudos e simulados que demonstraram a viabilidade técnica do cronograma. Na visão do diretor do SEESP, Edilson Reis, é preciso criar escala e se qualificar. Ele defende que se conjugue a adoção das novas tecnologias com faixas exclusivas para a circulação dos veículos.

Rafael Calabria, pesquisador em mobilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), avisa, contudo, que se a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte “não tomar uma medida legal para que as multas (*dadas às empresas por não cumprirem a legislação*) sejam efetivamente cobradas, há risco de essas melhorias não receberem manutenção”. Ele também faz apontamento quanto ao transporte sob demanda: “Isso atrelaria o uso do sistema a um pedido e o usuário teria que ter um *smartphone* e internet. Segundo levantamento da SPTrans, 30% dos usuários ainda não têm *smartphone*.”

Arquivo SPTrans



Ônibus elétrico que circula na Capital desde 2015.

REVOGAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Soraya Misleh

EM GREVE DESDE 4 de fevereiro último, engenheiros e demais servidores municipais de São Paulo lutam pela revogação da Lei 17.020/2018, que representa perdas ainda maiores em seus rendimentos já corroídos pela inflação – o reajuste anual desde 2003 tem sido de apenas 0,01%, em geral.

Oriunda do Projeto de Lei 621/16, aprovado a toque de caixa em 26 de dezembro último pela Câmara Municipal de São Paulo, e sancionada pelo prefeito Bruno Covas no dia seguinte, a lei em questão amplia a contribuição desses trabalhadores de 11% para 14%. Além disso, institui regime de previdência complementar gerido pela então criada Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Município de São Paulo (Sampaprev), tanto a novos servidores quanto a quem ganha acima do teto de aposentadoria (R\$ 5.839,45) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Atualmente há em torno de 132 mil servidores na ativa e 94 mil aposentados e pensionistas. Todos contribuem com alíquota de 11% e a Prefeitura, com 22%. Esta última justifica que a reforma é necessária diante do peso do valor pago aos inativos sobre as finanças municipais, colocando em risco os investimentos e os serviços públicos e os próprios salários e proventos. Segundo a gestão, o Instituto de Previdência Municipal (Ipem) teria fechado 2017 com *déficit* de R\$ 4,7 bilhões – o qual alcançaria mais de R\$ 20 bilhões em 2025. As entidades, entre elas o SEESP, contestam esse “rombo”. Apontam que os dados apresentados baseiam-se em valores irreais, como reajustes salariais segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – e não os 0,01% anuais, conforme a Lei 13.303/2002. Ademais, desde 2005, quando inativos migraram para esse instituto, o investimento do Executivo com pessoal tem sido de 35% da receita corrente líquida em média. Para Carlos Hannickel, assessor especial do SEESP, contraditoriamente, o que pode oca-

sionar rombo no Ipem é justamente a reforma instituída. “Recursos deixarão de ser aportados para pagamento dos benefícios e serão transferidos para a Sampaprev”, explica.

O diretor do SEESP junto à Prefeitura Deodoro Vaz lembrou, durante assembleia dos servidores, que já em 2005 o então prefeito José Serra aumentou a contribuição previdenciária dos servidores municipais de cinco para 11%. “Ele disse que assim estaria resolvido o problema. Estamos com um reajuste de 0,01% e agora temos nova elevação na contribuição. É confisco salarial.”

A mobilização

Além da revogação da Lei 17.020/2018, os servidores reivindicam serviço público de qualidade e revisão na política de reajuste anual de 0,01%, com recomposição salarial de 10%. Também repudiam terceirização irrestrita e demandam abertura de concursos públicos para melhor atendimento à população. Ademais, diante do desconto nos holerites pela gestão municipal dos dias parados, a recomposição desses valores nos salários passa também a ser bandeira do movimento. Na avaliação do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores, do qual o SEESP participa, essa decisão arbitrária fere o direito de greve, garantido constitucionalmente. A determinação de manter a paralisação foi reafirmada em assembleia no dia 28 de fevereiro, data de fechamento desta edição. Na ocasião, também se deliberou pela participação no ato em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na Capital.

Semanalmente entre 30 e 100 mil servidores públicos, faça sol ou chuva, têm se mobilizado. Já são sete assembleias desde o começo da greve, permeadas por protestos e ações de conscientização junto à população.

A Prefeitura, que inicialmente se recusava a receber os servidores, passou a se reunir com as representações sindicais a partir de 21 de fevereiro. Contudo, recusa-se a atender as reivindicações entregues logo após a aprovação da lei. A posição desde então tem sido pela não revogação da Lei 17.020/2018, atrelando o tema à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (*leia editorial na página 2*), relativa à reforma nacional da



Engenheiros participam de assembleia unificada em frente à Prefeitura de São Paulo, que reúne milhares de servidores.

Previdência. Em resposta, as lideranças registraram e explicitaram a oposição dos servidores a essa PEC, que agrava os danos causados pela lei municipal. Já haviam se somado à plenária unificada nacional contra a reforma da Previdência no dia 20, realizada na Praça da Sé pelas centrais sindicais.

A proposta da administração da Capital traz ainda, entre seus itens, a instituição de política de meritocracia com remuneração variável, a depender do atingimento de metas. E promessa de retomada do diálogo no que concerne à reestruturação de carreiras, sem todavia avançar na valorização profissional. Os servidores expressam seu rechaço por unanimidade em assembleias.

A expectativa é de aumento da mobilização para que sejam vitoriosos, assim como ocorreu em outros momentos. Essa luta teve início ainda em 2015, com idas e vindas. A Prefeitura à época apresentou o Projeto de Lei 558, retirado em agosto de 2016 devido à intensa mobilização dos servidores. Em 18 de dezembro do mesmo ano, o Executivo municipal o reapresentou, então como PL 621/2016, que definia aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% a 19%. Suspenso por mais de 250 dias, esse foi editado – retirando a variação percentual e estipulando os 3% a mais de desconto para todos os servidores que constam da reforma. “Estamos juntos contra essa lei e pela valorização dos trabalhadores. Contem com os engenheiros”, enfatizou Hannickel em sua fala na manifestação do dia 4.

Prefeitura de São Paulo ainda não atendeu reivindicações.

Engenheiros e demais servidores mantêm-se em greve desde 4 de fevereiro.



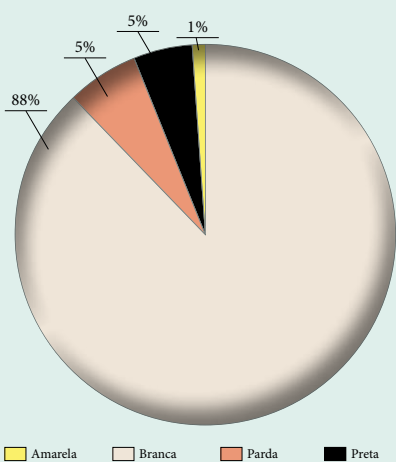
O PERFIL DO LEGISLATIVO PAULISTA

Rita Casaro

NO DIA 15 DE MARÇO tomam posse os 94 deputados estaduais que comporão a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Pelos próximos quatro anos, eles terão a função de aprovar leis que afetam a vida de mais de 43 milhões de paulistas e deverão ainda fiscalizar os atos do Poder Executivo. Para cumprir essas tarefas, o eleitorado escolheu um Legisla-

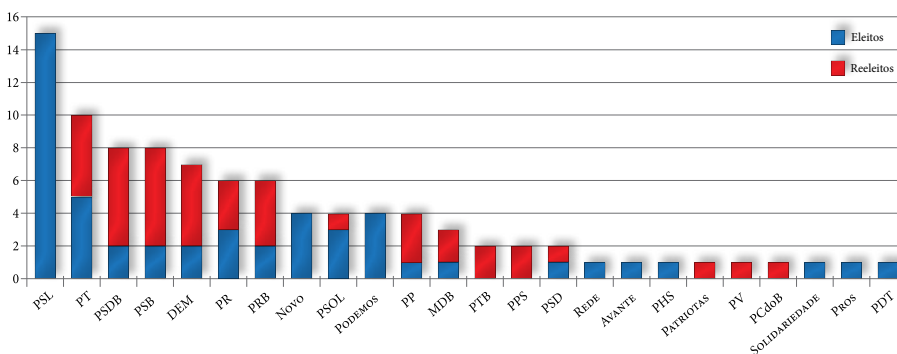
tivo majoritariamente masculino, branco, com formação escolar superior e com faixa etária concentrada principalmente entre os 46 e 60 anos. Entre as profissões, os mais numerosos são os advogados, seguidos dos empresários e dos policiais civis e militares; foram eleitos quatro engenheiros. Confira a seguir as principais características da Alesp.

Cor/raça



A maioria acachapante de 88%, ou 83 deputados, é branca. Na sequência vêm cinco pretos, cinco pardos e um amarelo. Nesse quesito, na comparação com a população, conforme o Censo de 2010, há uma super-representação de brancos, que são 63,9% dos habitantes do Estado e uma sub-representação dos pardos, que são 29,1%. O retrato mais preciso refletido nas urnas fica entre pretos e amarelos, respectivamente 5,5% e 1,4% dos paulistas.

Deputados por partidos



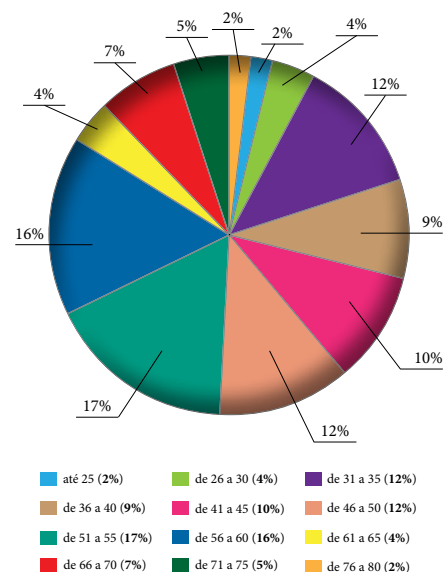
Os classificados como "eleitos" não detinham mandato de deputado estadual na legislatura anterior; não significa que sejam estreantes na política.

O campeão de votos para a Alesp em 2018 foi o PSL, que terá a maior bancada, com 15 deputados. O resultado deveu-se principalmente ao desempenho da candidata da legenda, Janaina Paschoal, que obteve 2.060.786 votos. Na sequência vêm PT, com dez assentos; PSDB e PSB, com oito cada um; e DEM, com sete.

Entre os que assumem o mandato neste mês de março, 43, ou 46%, foram reeleitos e 51, ou 54%, não tinham mandato em 2018. Isso não significa, contudo, que sejam estreantes na política; vários já exerceram outros cargos, como vereador, prefeito ou até mesmo deputado em legislaturas anteriores a que se encerra agora.

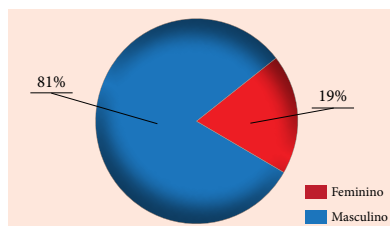
Faixa etária

Os deputados com idade entre 46 e 60 anos serão a maioria, ocupando 45% das cadeiras da Assembleia. Com 31% ficou o grupo que vai de 31 a 45. O deputado mais jovem eleito é Douglas Garcia (PSL), que completou 25 anos em 26 de janeiro último. O mais idoso é Campos Machado (PTB), que chega aos 80 em 31 de outubro próximo.



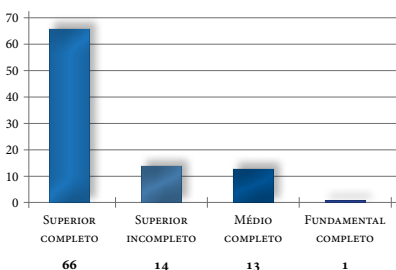
Gênero

Embora sejam a maioria do eleitorado (52,8%), as mulheres seguem como minoria na Assembleia, representando 19% dos parlamentares. Não obstante fique longe da representatividade ideal, a presença feminina na Alesp supera a do Congresso Nacional, de 15%.



Grau de instrução

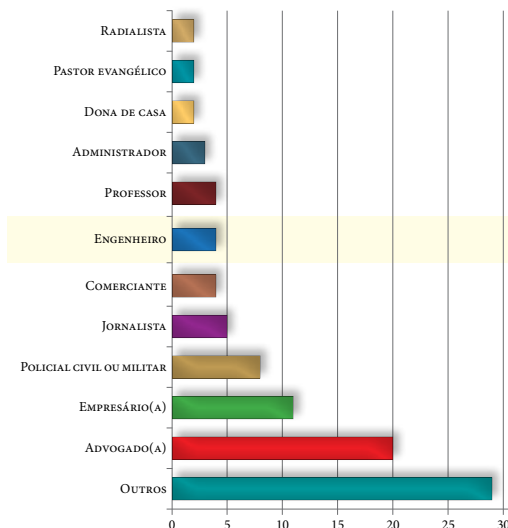
Entre os 94 deputados que iniciam seus mandatos neste mês, 66 têm curso superior completo, 14 iniciaram, mas não concluíram a faculdade, 13 passaram pelo ensino médio e apenas um tem somente o ensino fundamental.



Ocupação/Profissão/Formação

A profissão preponderante na Assembleia é a de advogado, que conta 20 representantes. Em seguida vêm 11 empresários, que chegam a 15 se somados aos quatro parlamentares que registraram suas candidaturas como comerciantes. O terceiro grupo mais numeroso é o dos policiais civis e militares, que ocuparão oito assentos na Casa.

Os engenheiros contam com quatro representantes da profissão na Alesp. São eles: Professor Kenny (PP), Reinaldo Alguz (PV), Bruno Ganem (Podemos) e Ricardo Madalena (PR), que juntos obtiveram 415.676 votos.



Fontes:

- Justiça Eleitoral**
<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>
<https://goo.gl/579XUY>
- Assembleia Legislativa de São Paulo**
<https://www.al.sp.gov.br/deputados/>
- Páginas dos candidatos no Facebook**
<https://www.facebook.com/alex1709muniz/>
<https://www.facebook.com/agentefederalbalas/>
<https://www.facebook.com/TenenteCoimbra/>
- Fundação Seade**
<https://goo.gl/MXAPz7>

Elaboração: Comunicação SEESP

Confira dados completos sobre os 94 deputados eleitos para a Assembleia Legislativa de São Paulo acessando o QR-Code ao lado ou no link: <https://goo.gl/iXrdSC>



COWORKING

SEESP oferece espaço de trabalho a engenheiros

O sindicato anuncia mais um serviço criado especialmente para os profissionais e estudantes de engenharia. É o *Coworking*, que será inaugurado neste 11 de março. Trata-se de um espaço de trabalho ideal e adequado, totalmente mobiliado, com serviços de TI, impressões, telefonia e estacionamento, localizado no coração de São Paulo, no SEESP (Rua Genebra, 17, Bela Vista).

O novo benefício é baseado no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, dividido em estações de trabalho e sala de reunião. Os associados ao SEESP terão direito de usufruir uma hora semanal gratuita.

O *coworking* é uma tendência mundial integrada ao estilo empreendedor, em que profissionais independentes atuam em ambientes modernos desenvolvidos para o trabalho autônomo. É também uma excelente oportunidade para fazer muito *networking* com pessoas de diversas áreas e toda a estrutura para receber clientes com um custo menor do que o aluguel de uma sala comercial.

Segundo censo realizado pela *Coworking* Brasil, o País contava, em 2018, com mais de 1.190 espaços desse tipo.

O funcionamento do *Coworking* SEESP será de segunda a sexta-feira, das 9h às



18h. Mais informações e reserva de horários pelo telefone (11) 2391-5858 ou pelo e-mail reservas@casadoengenheiro.org.br.

INTERNACIONAL

Vagas para engenheiros mecânicos brasileiros no Canadá

A Québec International, agência de desenvolvimento econômico de Quebec, abriu processo seletivo para engenheiros mecânicos brasileiros atuarem na cidade canadense. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas até 17 de março no site www.quebecnacabeca.com. Os currículos devem ser enviados em francês. O conhecimento do idioma, aliás, é um dos principais requisitos.

Os escolhidos passarão por uma série de entrevistas nos dias 27 e 28 de abril, em São Paulo (SP), com a presença dos gestores das empresas contratantes, entre essas a Biscuits Leclerc, do setor agroalimentar, e a Premier Tech, produtora de equipamentos para as áreas de horticultura, agricultura, equipamentos industriais e tecnologia ambiental.

Os candidatos aprovados assinarão um contrato – com duração de um a três anos, podendo ser renovado ou ter encaminhamento para efetivação. A empresa ficará responsável pelos trâmites iniciais de imigração e obtenção de visto, o que permitirá trabalhar e viver legalmente na cidade. “Além da excelente formação acadêmica nessas áreas, os brasileiros têm como vantagem a capacidade de se integrar facilmente à nossa cultura”, comenta Janaina Kamide, conselheira em atração de talentos da Québec International.

Para mais informações e inscrições acesse www.quebecentete.com/pt.



DE OLHO NO MERCADO

Por que ter domínio do pacote Office

O analista de treinamento do Núcleo Brasileiro de Estágio (Nube), Everton Santos, explica que o pacote Office pode ser considerado uma das mais ricas e importantes fontes de linguagem, armazenamento e gestão de informações para o mundo corporativo. “Os softwares disponibilizados por ele possuem características úteis e indispensáveis e a sua utilização é praticamente obrigatória para qualquer profissional. Logo, manter-se atualizado quanto a suas funcionalidades é um destaque em processos seletivos”, indica.

Diversas habilidades são criadas e estimuladas com a ferramenta digital, como “ter um olhar mais analítico quanto às funcionalidades de determinados softwares, um pensamento versátil e de adaptação dos conteúdos, possibilitando otimizar processos e melhorar os já existentes”. Por isso, enfatiza o analista, profissionais com essa competência são cada vez mais valiosos para o mundo corporativo, e um currículo que traz nível avançado na área vai ter destaque junto aos recrutadores.

O que é

Santos descreve que o pacote Office possui uma gama extensa de softwares, desde suas primeiras versões. Os mais utilizados no mundo corporativo são: Excel (planilha de cálculos), Word (editor de textos), Power Point (apresentações gráficas), Access (banco de dados), Outlook (cliente de e-mail) e OneNote (agrupamento de notas).

O Programa Engenheiro Empreendedor, iniciativa do SEESP, oferece cursos de qualidade em pacote Office. Confira em <https://goo.gl/J4ZLa5>.



Everton Santos, do Nube, explica importância da ferramenta.





ENCONTRO AMBIENTAL ACONTECE NESTE MÊS NA CAPITAL

A nona edição do Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP), realizado pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), acontece nos próximos dias 21 e 22 de março, na sede do sindicato, na capital paulista.

Serão dois dias de atividades, palestras e troca de experiências em torno dos temas inovação, tecnologia e sustentabilidade, com o objetivo de mobilizar estudantes e profissionais, sobretudo da área de engenharia, para a importância da participação na construção de uma sociedade sustentável e justa.

Entre os palestrantes, o engenheiro Pedro Nakata Mascaro



falará sobre a utilização de drones para benefícios ambientais. Em 2016, ele produziu vídeos e fotografias aéreas que resultaram na exposição “A lama – de Mariana ao mar”. Já o mestre em engenharia ambiental Luiz Gabriel Vasconcelos abordará a educação rumo ao

lixo zero, conceito que oferece uma alternativa de mudança sistêmica e cultural, priorizando a minimização da geração de resíduos e o desenvolvimento de uma economia circular.

A opção por alimentos orgânicos na merenda escolar também estará em pauta. Será o tema da educadora ambiental e mestre em saúde pública Ana Flavia Borges Badue. E Patricia Mazzante do Nascimento Crevilario, da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), discorrerá sobre os benefícios ambientais na utilização do gás natural.

Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2616 ou no site www.ecosp.org.br.

Portal Engenheiro: informações úteis na palma da mão

Além do site e do tradicional **Jornal do Engenheiro**, o SEESP lança aos profissionais da área mais uma plataforma de comunicação. É o aplicativo *Portal Engenheiro*, que traz os conteúdos mais relevantes da categoria diretamente no celular.

O *app*, disponível para Android e iOS, apresenta artigos sobre temas como transporte e logística, empreendedorismo, mercado, ciência e tecnologia, inovação, saneamento, entre outros, com atualização periódica. O engenheiro também vai encontrar uma galeria de vídeos técnicos, banco de vagas e oportunidades e relação de benefícios da Casa do Engenheiro.

Em parceria com a *Portogente*, plataforma voltada ao universo



logístico-portuário, o *app* disponibiliza cursos sobre legislação, trabalho e gestão portuária ambiental.

Para fazer o *download* gratuito do *Portal Engenheiro* e ter acesso a todo o conteúdo, basta acessar a loja de aplicativos do seu *smartphone* e baixar.

Sindicato aciona autoridades em defesa dos trabalhadores da Ford

Em resposta ao anúncio da Ford de fechamento da fábrica localizada em São Bernardo do Campo, no Grande ABC, feito no último dia 19 de fevereiro, o SEESP encaminhou cartas ao prefeito da cidade, Orlando Morando, ao governador do Estado, João Dória, e ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Também enviou ofícios ao CEO da Ford América do Sul, Lyle Watters, e ao presidente executivo William Clay Ford Jr., alertando sobre as consequências do encerramento das atividades da fábrica.

No texto, o sindicato frisa que em torno de 25 mil trabalhadores – entre empregados diretos, terceirizados e aqueles que integram a cadeira produtiva do setor – perderão seus empregos. A preocupação do

SEESP também se estende ao impacto econômico na região. Conforme estimativa da Prefeitura local, a redução anual da arrecadação será da ordem de R\$ 18,5 milhões.

Com essa ação, o sindicato espera que as lideranças possam buscar, em diálogo com a empresa, uma melhor solução. Como representante dos cerca de 800 engenheiros que atuam na Ford, o SEESP coloca-se à disposição para contribuir na construção de uma alternativa que garanta a continuidade do funcionamento da fábrica e os empregos.

O SEESP também expressou solidariedade à luta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, categoria igualmente afetada pelo desemprego imediato, e está acompanhando de perto seu desenrolar por meio da delegacia sindical na região.

Pontes e viadutos em pauta

De olho nos recentes acidentes relacionados às más condições de pontes e viadutos da Capital, a diretoria do SEESP realiza no próximo dia 12 de março uma reunião preparatória a um seminário sobre o tema. A atividade mostra a preocupação dos engenheiros a respeito do assunto.



Núcleo do SEESP abre edital para integrar jovens engenheiros

O Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP dá início ao seu primeiro programa de voluntariado. São 25 vagas a estudantes de engenharia, a partir do terceiro semestre, ou recém-formados, que farão parte do programa por dois anos, acompanhando as atividades do Núcleo e promovendo

ações em prol da engenharia e do desenvolvimento nacional.

Segundo a coordenadora do Núcleo, Marcellie Dessimoni, a iniciativa tem a preocupação de atender a demanda do jovem profissional e do estudante em relação ao mercado de trabalho, capacitação, dúvidas sobre a pró-

pria profissão, atribuições etc.. Os novos membros proporão debates e atividades a partir dessas demandas, ganhando experiência e construindo *networking*, conforme conta Dessimoni. As inscrições vão até o próximo dia 25 de março. Confira o edital e inscreva-se em www.seesp.org.br/site/edital.

CASA DO ENGENHEIRO
O clube de vantagens da categoria!

www.casadoengenheiro.org.br/